



Escritório do Rio é acusado de evasão de divisas

07/12/2005

Um escritório de advocacia carioca, acusado de oferecer facilidades a empresas interessadas em ocultar patrimônio acumulado em caixa 2, foi alvo da operação Babilônia da Polícia Federal, na terça-feira (6/11). Oito pessoas foram presas por estarem envolvidas em um esquema de sonegação fiscal, lavagem e remessa ilegal de dinheiro para o exterior e criação de empresas fraudulentas. A PF calcula que mais de US\$ 30 milhões foram sonegados e movimentados pela quadrilha em dez anos. O advogado Chaim Henoch Zalberg, suspeito de ser o líder do grupo, está preso.

A investigação de seis meses teve origem no escândalo conhecido como Propinoduto, que revelou, em 2003, o envio ilegal de US\$ 33 milhões para o exterior por um grupo liderado pelo ex-fiscal do governo do estado do Rio, Rodrigo Silveirinha. Naquela investigação, a PF identificou transações financeiras suspeitas que não foram apreciadas pelo inquérito.

Retomadas em junho, as investigações mostraram que o escritório de Zalberg centralizava a constituição de empresas de fachada para legalizar e proteger do Fisco recursos não contabilizados.

O delegado Algacir Mikalovski, da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, explicou que os advogados criavam no Brasil uma empresa de sociedade limitada em nome de laranjas. Depois, abriam uma ou mais empresas em paraísos fiscais, as chamadas offshores. Por meio de doleiros ou de operações fraudulentas, como a simulação de empréstimos no exterior, remetiam o dinheiro do caixa 2 de seus clientes para as offshores, que, mais tarde, tornavam-se investidores das empresas fraudulentas no Brasil.

“O dinheiro de caixa 2 retornava ao País de forma fraudulenta. A sonegação, a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro foram praticados sem prejuízo de outros crimes, como a falsidade ideológica na constituição de empresas de fachada, que é uma forma de blindar o patrimônio”, disse Mikalovski, listando crimes com penas previstas entre 10 e 15 anos de prisão. Só um dos endereços visitados pela PF centralizava 15 empresas de fachada.

A polícia agora vai identificar as empresas que usaram os serviços dos advogados. E já tem informações de que a maior parte dos recursos das empresas de fachada era aplicada no setor imobiliário e pode ter financiado empreendimentos inteiros no Rio.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2005-dez-07/escritorio_rio_acusado_evasao_divisas/